

O trote no Colégio Naval: uma visão antropológica

The hazing in the Brazilian Navy's College: an anthropological approach

*Celso Castro**

RESUMO

Este artigo, originalmente escrito em 1985, foi acrescentado de um prefácio e um posfácio. Ele apresenta uma pesquisa sobre o trote no Colégio Naval que teve como evento-chave um drama social (nos termos de Victor Turner): a expulsão de vários veteranos após terem sido denunciados por um calouro. Os dados empíricos provêm de um conjunto de entrevistas com cinco antigos alunos da mesma turma. A hipótese principal é de que o trote é um rito de passagem que focaliza o aprendizado da hierarquia para a vida militar.

PALAVRAS-CHAVE: militares; hierarquia; trote; Colégio Naval; Brasil.

ABSTRACT

This article, originally written in 1985, was added by a new preface and a post face. It presents a research on the hazing in Brazilian Navy's College that had a social drama (in Victor Turner's terms) as a key-event: the expulsion of several veterans after being denounced by a freshman. The empirical data come from a set of interviews with five former students of the same class. The main hypothesis is that the hazing is a rite of passage that focus on the learning of the importance of hierarchy for military life.

KEYWORDS: military; hierarchy; hazing; Brazilian Navy's College; Brazil.

* Diretor do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) / Brasil.

Logo que a gente entra lá, eu lembro bem, que é na época dos trotes e tudo, eles [os veteranos] fazem questão de conversar com a gente e de avisar todo mundo, e ameaçar, e falar, e colocar dentro do código de valores isso: que mesmo que você saia do Colégio, você não conte a ninguém, não divulgue o que acontecia lá dentro. Inclusive eles usavam artifícios para que isso ficasse na tua cabeça mesmo. Por exemplo: eles diziam que, se você dissesse, ninguém ia te entender, todo mundo ia pensar que você era babaca, achar que era absurdo. Eles queriam colocar o trote como uma coisa normal, todos aqueles valores como uma coisa normal, como uma coisa que é assim porque deve ser assim. Como se tivesse uma razão de ser, como se isso tudo fosse, positivo pra formação pessoal de cada um, prá formação do militar.

Prefácio

O texto que se segue foi originalmente concebido como relatório final de uma pesquisa que desenvolvi para a disciplina de Métodos Antropológicos, ministrado por Márcia Bandeira de Mello Leite, no curso de graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), durante o primeiro semestre de 1985. Márcia pediu aos alunos que fizessem, individualmente e ao longo do curso, alguma pesquisa empírica com a utilização de métodos antropológicos, sobre o tema que quiséssemos. Um dia, por acaso, ouvi um amigo, Arnaldo Adnet, contar, numa festa, os trotes que havia sofrido quando era aluno do Colégio Naval. Imediatamente percebi que achara meu tema. Filho de oficial do Exército, como Arnaldo, eu também havia estudado dois anos em colégios militares durante o ensino fundamental e vivido um pouco o cotidiano de um estabelecimento militar de ensino – felizmente, sem sofrer tantos trotes quanto ele. Arnaldo concedeu-me uma entrevista e pôs-me em contato com quatro colegas de sua turma, que entrevistei para fazer o trabalho.

Em março de 1986, Aurélio Vianna, então aluno de mestrado em Antropologia no Museu Nacional e pesquisador do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, instituição na qual eu estagiava, leu o texto e fez várias sugestões. Elaborei então uma segunda versão, que ele passou para o professor Gilberto

Velho, com quem posteriormente conversei, e que me estimulou a tentar a seleção para o mestrado no Museu, em meados daquele ano. Aprovado, em março de 1987 comecei o curso e, em julho, iniciei uma pesquisa de campo na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), já sob a orientação de Gilberto. Esta pesquisa resultou em minha dissertação de mestrado, defendida em 1989 e publicada, no ano seguinte, em livro, com o título de *O espírito militar* (CASTRO, 1990).

O texto sobre o trote no Colégio Naval, que acaba de completar 25 anos sem nunca ter sido publicado, foi o início de uma longa trajetória de pesquisa sobre os militares numa perspectiva antropológica, cujo resultado mais recente é o livro *Antropologia dos militares* (CASTRO e LEIRNER, 2009). Foi muito importante ter feito essa pesquisa sobre o trote antes de iniciar, dois anos mais tarde, a pesquisa na AMAN. Embora tivesse sido criado no “meio militar”, a experiência de “estranhar o que me era familiar”, nos termos de Gilberto Velho (1978) e refletir sobre isso na condição de pesquisador foi um ensaio fundamental.

Não fiz pesquisa de campo no Colégio Naval, como posteriormente faria na AMAN. Trabalhei apenas com o resultado de entrevistas com ex-alunos, a respeito de eventos ocorridos em 1978 – sete anos antes, portanto. Vários temas, no entanto, foram recorrentes nas duas pesquisas: o mesmo violento ritual de passagem que marca o ingresso dos novos alunos; a internalização coletiva de um ethos militar específico; e a importância do trote como um aprendizado prático do significado da hierarquia, tanto para os novatos quanto para os veteranos. Um “prêmio” para a pesquisa foi o fato de que meus entrevistados foram de uma turma que viveu um “drama social” inesperado, a partir de uma denúncia que pôs em xeque o trote e que culminou no desligamento de vários alunos. Sem dúvida, esse acontecimento, por dramatizar aspectos que de outra forma seriam menos perceptíveis de um ponto de vista “externo”, facilitou meu trabalho como pesquisador.

Não é, entretanto, pelo mero interesse de ter sido a origem de uma linha de pesquisa que resolvi publicar o texto tantos anos depois de escrito. Deixado de lado por muito tempo, quando o reli há poucos anos, me surpreendi com a vitalidade com que busca reconstituir e compreender um fenômeno social importante da vida militar, e com o caráter ainda original das informações nele

contidas. Infelizmente ainda é pequeno o conjunto de pesquisadores e a bibliografia produzida por antropólogos sobre a instituição militar, e creio que este trabalho sobre o trote pode ser uma contribuição bem-vinda. Espero que o leitor não julgue que eu tenha sido por demais condescendente comigo mesmo, e que aprecie o texto de um jovem pesquisador iniciante, então com 21 anos.

Segue o texto, no qual fiz pouquíssimas modificações, em sua maioria de forma. Ao final falo, num pequeno posfácio, sobre a recepção que teve, recentemente, ao ser lido por alguns ex-alunos da mesma turma do Colégio Naval, que viveram os acontecimentos aqui descritos.

Introdução

O objetivo deste artigo é compreender o fenômeno do trote num estabelecimento de ensino militar, o Colégio Naval. Localizado em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, o Colégio Naval foi fundado em 1951 e está subordinado ao Ministério da Marinha. Ministra o ensino médio, orientando o aluno para o curso superior de ensino naval, ministrado na Escola Naval, na cidade do Rio de Janeiro.

O ingresso no Colégio é feito através de um concurso de admissão. A idade média dos aprovados é 15-16 anos. Eles seguem então para Angra dos Reis, onde permanecem em regime de internato durante os três anos seguintes. Os alunos podem visitar suas famílias apenas nos finais de semana (embora não todos) e durante as férias escolares. Da turma inicial de cerca de duzentos “calouros” (primeiranistas), não mais de cento e quarenta normalmente chegam até o terceiro ano, durante o qual se tornam “veteranos”.

É entre um veterano e um calouro que se estabelece o trote. As categorias “calouro”, “veterano” e “trote” são interdependentes e serão progressivamente construídas no decorrer deste trabalho, tendo como base um conjunto de entrevistas que realizei separadamente com cinco ex-alunos de uma mesma turma do Colégio Naval, quatro dos quais permaneceram até o final do curso. Nenhum deles, entretanto, seguiu para a Escola Naval, ao fim do que se tornariam oficiais da Marinha. Logo, estas pessoas de certo modo “fracassaram” quanto ao objetivo da instituição. A especificidade deste grupo de informantes será esclarecida no decorrer do texto.

Realizei um total de sete entrevistas gravadas, cada qual com a duração média de uma hora. Durante todo este período, os informantes mantiveram uma postura de colaboração e entusiasmo com a pesquisa. No entanto, me fizeram a restrição de não fornecer seus nomes ou o ano em que ingressaram no Colégio Naval. O fato é que os entrevistados estavam convencidos de que falavam de coisas proibidas e, deste modo, preferiam o anonimato à possibilidade de serem de alguma forma prejudicados por suas declarações. Diversas suspeitas foram, a princípio, por eles levantadas: por exemplo, que eu pertencesse ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar) ou fosse um jornalista preparando um “artigo-denúncia”. Estas suspeitas só desapareceram quando passei a utilizar um dos informantes como intermediário nos contatos iniciais para a realização das entrevistas.

Na primeira parte do artigo, procuro oferecer uma descrição da experiência vivida por essas pessoas na condição de calouros, tal como ela é subjetivamente percebida por eles. Na segunda parte, analiso o material apresentado, centrando o foco na questão do trote.

I

Durante a viagem do Rio a Angra dos Reis, o ambiente é de euforia e expectativa entre os novos alunos. Seguem todos juntos, num ônibus especialmente fretado para a ocasião. O clima geral é de descontração e otimismo, e a primeira imagem do Colégio Naval parece confirmar o esperado: “nós chegamos lá por volta de meio-dia, foi no verão, fevereiro... um dia muito bonito. O Colégio é um lugar muito bonito, alucinante [...] Eu olhei e falei assim: ‘Pô, que beleza! Vamos pegar um almoço agora, deixar a roupa no alojamento, pegar um barquinho desses, dar um mergulho’...” Os calouros são recepcionados pela banda de música do Colégio, que toca Cidade Maravilhosa, e por um grupo de alunos.

Olha lá, o cara tocando música... “Pô, nós tamos importantes”.
Na hora em que cheguei, eu vi aquele pessoal todo bonitinho, de cabelinho cortado, de branco, banda de música... Eu imaginei: “Eu vou ficar igual a eles. Legal!”

Para entrar no Colégio, os novos alunos precisam passar pela “tolda”, um pequeno corredor que leva ao pátio interno. Dessa forma, eles cruzam a

fronteira entre duas regiões morais distintas:

Nós entramos, passamos pela tolda... Aí começou aquele negócio de colocar a camisa para dentro, barriga pra dentro, (...) espalmar a mão...

[Os veteranos] começaram: “ Todo mundo formado, fila por três, não pode falar, não pode usar pulseira”... Começaram a tirar pulseira que alguém tivesse, ou então cordão cheio de palhaçada. E com a maior energia. Aquilo já chocou o pessoal [os calouros].

Os novatos seguem para o auditório, onde tem lugar uma palestra geral, com a presença de diversas autoridades militares. O comandante do Colégio faz um discurso de saudação, no qual o principal assunto tratado é o valor da vida militar, e o espírito de entrega que ela exige. Além disso, pede para que os novos alunos encarem o Colégio como uma família, e seus colegas de outras séries como se fossem irmãos mais velhos.

Em seguida, os calouros são encaminhados para o pátio interno, onde se realiza uma formatura. Os novatos são então chamados um a um, recebem a plaqueta de identificação, da qual constam o número e o “nome-de-guerra” e entram em forma, “fazendo tudo rápido, em posição de sentido, mão espalmada, sem se mexer.” Os novos alunos só seguem para o “rancho” (refeitório) depois que todos são chamados. Este processo é demorado e, além disso, “a toda hora vinha um [veterano] pra perturbar, falar: - Espalma a mão! Olha prá frente: Militar tem que olhar pro horizonte, não pode baixar a cabeça!”

A chegada ao Colégio Naval ocorre, para os novatos, duas semanas antes do início das aulas. Neste intervalo, eles vivem o que é conhecido no Colégio como “período de adaptação”. Há muito o que aprender: os calouros recebem seus uniformes e aprendem a usá-los; recebem treinamento de “ordem-unida”, onde aprendem a marchar, as posturas e os cumprimentos militares; decoram o nome de todos os oficiais do Colégio, assim como aprendem os hinos da Marinha e do Colégio Naval:

O Colégio Naval
É a esperança da Armada brasileira.
O nosso ideal
É no alto manter sua bandeira.

Chamarei a este ensino de “frio”, em contraposição ao ensino “quente” –o trote–, objeto central da análise. O ensino “frio” é caracterizado por sua formalidade (está calcado nos regulamentos da instituição e na etiqueta militar) e por seguir apenas uma direção (da instituição ao novato). Por outro lado, o ensino “quente” é informal e age em duas direções, possuindo um caráter de

reciprocidade. Este ensino será descrito e analisado no decorrer do trabalho.

Durante o “período de adaptação”, a maior parte dos terceiranistas e segundanistas ainda não regressou das férias. Os veteranos que estão no Colégio neste período formam um grupo de cerca de trinta pessoas, e são estes alunos os principais responsáveis pelo treinamento dos calouros. De direito, esta seria uma tarefa exclusiva dos oficiais superiores do Colégio, mas de fato eles, em grande medida, delegam a tarefa aos veteranos. Estes são bastante rígidos em suas novas atribuições –qualquer erro cometido pelos novatos é imediatamente punido: “Um dia cantaram fraco o hino da Marinha, aí a gente teve que escrever cem vezes o hino.”

É também durante o “período de adaptação” que os novatos começam a ter contato com os trotes: eles devem obedecer a todas as ordens dadas pelos veteranos, que precisam ser tratados com o máximo respeito e humildade. Qualquer relaxamento destes preceitos acarreta humilhação para o calouro. Diversas situações são forjadas para testar a obediência a estas normas, como ilustra o exemplo seguinte:

[Os veteranos] faziam uma sacanagem que é o seguinte: eles pegavam um dos meus colegas e mandavam ele fazer gracinha... imitar a Gretchen, por exemplo [dançando e rebolando]. [O calouro perguntava:] “Pô, Gretchen, cara?” Aí o veterano [gritando]: “- O quê!? Cara!? Você tá louco, cara? Tá pensando, que tá na sua casa? Você tem que falar: - Senhor, será que o Senhor não se equivocou? - E aliás, você nunca nem pondere uma ordem minha!” Aí o cara imitava a Gretchen. O pessoal já tava avisado que não podia rir, só que eu ria. Um dia que eu ri, por causa dessas gracinhas, o cara falou: “- Paga dez [flexões].” Aí eu paguei. O cara falava: “- Beije o solo da Pátria amada”.

Trotes deste tipo são chamados de “prefixos”, e as variações são múltiplas: os calouros são obrigados a dramatizar anúncios de televisão, artistas, diversos tipos de dança: “Eles também escolhem os caras mais metidos a machão para imitar [o conjunto feminino] As Frenéticas. Fica um bando de sem-jeito dançando e cantando: ‘- Eu sei que eu sou/ Bonita e gostosa...’”.

Além disso, os veteranos iniciam as “carteações”. O significado de cartear é requisitar. O calouro é carteadado pelo veterano para limpar seu cinto, engraxar os sapatos, arrumar seu armário ou realizar qualquer outro serviço semelhante. É importante observar que apenas os veteranos –os alunos do terceiro ano– podem “cartear” um calouro. Esta prática, como veremos adiante, é interdita aos alunos do segundo ano. Durante todo o “período de adaptação”, o novato vive em permanente regime de “abrolhos”. O significado desta palavra é alerta.

O “abrolhos” é definido pelos calouros como um “clima”, durante o qual são permanentemente vigiados pelos veteranos. Durante o “abrolhos”, “os calouros não podem andar, só podem correr. Só pode andar, quando entra no alojamento ou no rancho. Nos corredores, no pátio, em todos os outros lugares você tem que correr, você não pode andar.”

Além disso, durante este período de “abrolhos” os calouros não têm acesso a qualquer forma de diversão, não podem conversar entre si e estão expostos aos mais variados testes. Podem ser inquiridos, por exemplo, sobre o horário exato do pôr-do-sol em um determinado dia ou sobre o nome de todos os oficiais que trabalham no Colégio Naval. Se um calouro não souber responder, geralmente terá de “pagar” flexões como punição, ou então fazer cópias intermináveis de hinos e regulamentos.

A vigência do “abrolhos” é mantida e controlada pelos veteranos. Os oficiais do Colégio, segundo o depoimento dos calouros, “fazem vista grossa” e delegam grande parte de suas funções aos veteranos. Estes são onipresentes em todas as atividades diárias dos calouros. O único “horário livre” é após o jantar e dura pouco mais de uma hora, porém é justamente neste horário que geralmente ocorrem as “carteações”. Em seguida,

[...] chegava a hora de ir pra sala de aula, para os veteranos darem uma aulinha de regulamentos, deveres militares... Eram os veteranos que ensinavam tudo. [...] Então eles davam duas horas pra você aprender, por exemplo, o hino do Colégio Naval. Se você até o final não tivesse aprendido esse hino, então a turma toda [...] ia pagar flexão [...] Eles ficavam mais era de sacanagem, gostavam de brincar, [...] mandavam fazer prenda, dançar lá na frente, mandavam contar a primeira experiência sexual de cada um [...]

Alguns calouros, em atividade ininterrupta e sem momentos de privacidade, chegam a perder importantes referenciais temporais, inclusive biológicos: “Na primeira semana eu me esqueci de fazer cocô! É incrível... Você não tem tempo pra nada e se esquece até de fazer cocô! [...] você não tem nem tempo de pensar o que você está fazendo.”

Além dessa alteração brusca do ritmo diário de suas vidas, os calouros têm seus contatos com o mundo de fora rigorosamente controlados. Os novatos, pelo regulamento interno do Colégio, não podem ir à cidade passear ou mesmo sair do perímetro do Colégio. Por sua vez, os veteranos se encarregam da proibição de ler jornais ou assistir televisão. Só resta ao calouro escrever cartas ou telefonar para a família. Entretanto, mesmo aqui o controle se faz presente:

Eu tive que me inscrever na telefônica do Colégio pra falar com meus pais [...] Quando chegasse a sua vez, você era chamado. No primeiro e no segundo dia eu não consegui linha, só no terceiro dia de noite [...]. Entro numa cabine acarpetada de preto, fechada com vidro, sem uma abertura. Era pra você suar e não demorar. Eu estava ali há três dias, que pareciam três anos, sem ter nenhuma notícia do mundo de fora [...], só tinha noção do que se passava ali dentro.

Vários calouros desistem antes do final do “período de adaptação” e saem do Colégio Naval. Mas esse fato não chega a alterar a rotina:

Eu me lembro que um cara [...] ficou uns dois dias, aí no dia seguinte já chamou a mãe dele, aí a mãe foi lá e já assinou a baixa dele. [O calouro] tava chorando, passando mal... E ninguém dava a mínima, não. Ninguém dava descanso. Era aquilo mesmo, tinha que sair, era pra isso mesmo, sabe? Era mais uma seleção, uma “garimpagem”. [Os veteranos] dizem assim: “- Se você for fraco, você não agüenta essa semana. Se você não agüentar é porque não era pra você ser militar, porque você é fraco”.

No primeiro fim-de-semana após a chegada ao Colégio Naval não há “licenciamento”, o que significa que os calouros não podem viajar para suas casas e devem permanecer no Colégio. No entanto, suas famílias são convidadas pela instituição para um passeio de barco no domingo. Vale ressaltar que, para todos os entrevistados, o grupo familiar desempenhou um papel importante no estímulo e apoio à decisão de ingressar no Colégio. Geralmente os novatos têm alguém na família, ou dentre os conhecidos mais próximos, que possui ou possuiu algum vínculo com a vida militar. Para o novato, o caminho escolhido permitirá alcançar prestígio social, estabilidade, segurança e um bom nível econômico. A curto prazo, ele deseja obter o respeito da família, sair de casa, tornar-se independente: “Quando você entra, você é o orgulho da família, é um homem íntegro, de valor, respeitado na sociedade [...] você é consagrado pela família, tem mais direitos, já começa a ser mais respeitado.”

O final do período de adaptação coincide com o início das aulas e a chegada do restante dos alunos do segundo e terceiro anos. Até então, os calouros estiveram em contato apenas com os veteranos “oficiais-alunos” (veremos a seguir o que isto significa) e com alguns poucos segundanistas que anteciparam sua volta das férias.

Os alunos do Colégio Naval são formalmente divididos pelo regulamento da instituição e pelos oficiais em três grupos: primeiranistas, segundanistas e terceiranistas, conforme o ano escolar que estiverem cursando. Esta divisão é visível no próprio uniforme dos alunos: os primeiranistas usam uma estrela como distintivo, os segundanistas duas e os terceiranistas três. Mas os alunos,

informalmente, recorrem a outra divisão, fundada em critérios que não o da escolaridade. Aqui, o ponto fundamental a ser compreendido é que na caracterização destes três grupos, os alunos recorrem ao trote como denominador comum. Desta forma, os veteranos são aqueles que podem dar trotes mas nunca podem receber; os segundanistas são aqueles que nunca dão nem recebem trotes; e os calouros, aqueles que recebem mas nunca podem dar trotes. O quadro seguinte resume esses atributos:

	CALOIRO	SEGUNDANISTA	VETERANO
DAR TROTE	-	-	+
RECEBER TROTE	+	-	-

O status do calouro pode ser percebido através de duas citações que os veteranos os obrigam a decorar: “Calouro só tem dois direitos: o direito de ser calouro e o direito de não ter direitos” e a “definição de calouro: subnutrido de subnitrito de pó de pulga, que navega sobre um mar de merda, impulsionado pelo peido de uma minhoca desidratada, em direção à puta que o pariu.”

Os segundanistas, apesar de não darem trote, devem ser respeitados pelos calouros, que devem tratá-los por “senhor”. Os segundanistas não sofrem quaisquer restrições por parte dos veteranos, exceto a interdição do poder de dar trotes.

A posição mais alta na hierarquia interna do corpo de alunos é ocupada pelos veteranos. A estes, os calouros devem apresentar o máximo de respeito e subserviência possíveis. As ordens recebidas não devem ser ponderadas, muito menos recusadas. Os veteranos são também responsáveis, em grande parte, pelo que chamei de ensino “frio” e pelo controle –oficioso– das atividades dos calouros: “tudo que veterano mandar é lei... Então eles só chegavam e falavam: ‘- Psiu, vem cá’. Tinha de ir, já ficava em sentido, muita gente já tremia de medo.”

Cerca de vinte veteranos são oficialmente nomeados pela instituição como “oficiais-alunos”. São aqueles alunos que, ao passarem para o terceiro ano, obtiveram as melhores notas durante o segundo ano e receberam os melhores

“conceitos”: “No conceito já entra o [conceito de] ‘comportamento militar’: boa aparência, boa apresentação, a pessoa que se destaca nos esportes, pessoas que eles [os oficiais] olham que tem assim uma postura de líder, que se afirma.”

Ser promovido a oficial-aluno no início do terceiro ano representa, na versão oficial da instituição, um prêmio concedido aos melhores alunos. Formalmente, os oficiais-alunos são os intermediários entre os alunos e os oficiais do Colégio. Além disto, desempenham funções como elaborar horários de plantão e serviço nos alojamentos ou comandar os alunos nos desfiles e paradas. Também são os oficiais-alunos que, na maioria das vezes, ministram o ensino dos regulamentos e da etiqueta (o ensino “frio”) aos calouros. Eles são identificados por insígnias que usam no uniforme, marcando o posto que possuem: comandante-aluno, imediato-aluno etc. No plano informal –isto é, entre os próprios alunos–, o fato de um veterano ser ou não oficial-aluno parece não ter maior importância. Os oficiais-alunos, por exemplo, não possuem autoridade para dar ordens aos seus colegas do terceiro ano. Entre eles predominam as relações horizontais de camaradagem e companheirismo. No relacionamento cotidiano com os calouros, os oficiais-alunos distinguem-se dos outros veteranos em apenas um ponto: “Acho que eles se preocupavam mais em fazer as coisas conforme o regulamento militar. Eles davam trote, mas o trote deles era mais leve, era coisa que não fugisse muito do regulamento, porque eu acho que eles se preocupavam muito com conceito.”

Para os calouros, o momento da chegada do restante dos veteranos das férias, para o início das aulas, é particularmente dramático:

Quando eles chegam, é um corre-corre no Colégio. Os caras chegando com mala pesada... “- Calouro, venha cá, leve esta mala lá pro alojamento, pegue minha roupa de cama na lavanderia e já faz a cama”. É calouro correndo pra tudo quanto é lado, os veteranos chegando, todo mundo morrendo de medo. Eles chegaram com a corda toda [...]. Naquele dia, eu acho que fiz umas quinze, vinte camas. Se não estivesse esticadinho, eles amassavam tudo, tiravam, mandavam fazer de novo. [...] Foi violento. A gente já saía do alojamento cheio de cinto, sapato [...].

Com o início das aulas, duas semanas após a chegada dos calouros ao Colégio, encerra-se o “período de adaptação”. O regime de “abrolhos” é suspenso, embora posteriormente ele possa, como veremos adiante, ser novamente decretado.

As atividades diárias executadas pelos calouros obedecem a uma rotina bem definida. Durante todo o ano, eles são despertados às 6:00h. Têm vinte e

cinco minutos para o asseio e a “faxina” (limpar os cintos, engraxar os sapatos etc.), e às 6:25h devem entrar em forma. Nesta formatura eles recebem alguns informes sobre as atividades do dia, seguindo logo após para o refeitório, para o desjejum. As aulas começam às 7:00h e seguem por toda a manhã. Há um intervalo, porém, para a formatura-geral dos alunos, onde são dadas informações e instruções mais detalhadas sobre os acontecimentos no Colégio. Às quartas-feiras esta formatura é mais complexa, envolvendo o desfile dos alunos e a participação da banda de música.

Às 11:55h há uma nova formatura para o “rancho”. À mesa do almoço, os veteranos se servem primeiro, seguidos pelos segundanistas e, em último lugar, pelos calouros. Após a refeição, os calouros têm um horário livre até às 14:30h, quando começa a aula de educação física. Esta dura em média duas horas, podendo ocasionalmente ser substituída por uma palestra ou por instrução militar. Após a educação física, há mais duas formaturas: uma para hastear a bandeira e outra para o jantar, que é servido às 18:00h. Às 19:30h tem início o “estudo obrigatório”: os calouros devem permanecer em sala de aula, vigiados por um veterano, até às 21:30h, quando ceiam. O toque de silêncio é dado às 22:00h. Quem quiser continuar estudando precisa inscrever-se na lista do “estudo facultativo”.

O pouco tempo livre que sobra neste horário diário não pode ser preenchido, pelo calouro, com os entretenimentos e diversões habituais dos outros alunos. O calouro é proibido, pelo veterano, de freqüentar a sala de TV, o salão de jogos ou o bar dos alunos. Além disso, não pode participar integralmente dos diversos “grêmios”, grupos de alunos que se reúnem em torno de uma determinada atividade (som, vela, religião, capoeira, radioamadorismo, etc.). O calouro só pode participar de um grêmio realizando o “trabalho sujo”: se for do grêmio de vela, por exemplo, seu trabalho será o de limpar, montar e carregar os barcos: não irá, porém, velejar.

O calouro não tem nenhum horário realmente livre em sua rotina diária. Quando não está executando alguma das atividades acima descritas, está sendo “carteado” (isto é, fazendo pequenos serviços para um veterano) ou recebendo trotes. O trote acontece desde a entrada do novato no Colégio Naval, mas intensifica-se após o “período de adaptação”. Há diversos exemplos de trotes, dentre os quais:

- “Submarino”: acontece no banheiro; o calouro, vestido, tem de afundar repetidamente na pia coletiva, que foi previamente enchida.

- “Pingüim”: o calouro deve permanecer na ponta dos pés sob o chuveiro. Este “trote” acontece pela madrugada, com muito frio, e não deve cair do chuveiro mais que um pequeno filete de água gelada.

- “Regata”: acontece durante o jantar. Há duas modalidades principais: na “regata a remo”, os calouros devem disputar quem toma mais depressa a sopa. Na “regata a vela”, não podem usar a colher, devem levar a boca diretamente ao prato, às vezes sem poderem segurar com as mãos.

- “Cú-bol”: é uma espécie de jogo de futebol. O campo é o piso do banheiro, no qual são marcadas as traves de gol. O piso é molhado, e a bola é um sabonete. Os calouros ficam nus e são divididos em equipes de três jogadores. Podem empurrar o sabonete apenas com as nádegas. Vence a partida quem primeiro marcar dois gols. O jogo é sempre muito disputado, pois os participantes sabem de antemão que quem perder levará uma “suga”.

- “Suga”: é uma espécie de surra, mas de exercícios. O calouro é obrigado a executar diversos exercícios físicos até o completo esgotamento. A “suga” ocorre geralmente de madrugada, e pode durar horas. É um dos trotes mais comuns: “eu chegava a ter pesadelo, de tanta câimbra. As primeiras sugas que eu tomei eu passava mal, as pernas pareciam que iam explodir.”

- “Lavagem cerebral”: é o trote mais temido, embora raramente seja aplicado: “É você ter um vaso sanitário cheio de fezes, você coloca a cabeça da pessoa lá, bem perto das fezes, e dá a descarga. Uns dias depois, ele [um colega que recebeu o trote] ficou com o ouvido entupido. Aí ele foi na unidade médica que tinha no Colégio, pra fazer uma lavagem. Quando o médico fez a lavagem, saíram fezes de dentro do ouvido dele.”

- “Peitômetro”: o calouro enche o peito de ar e tem de agüentar os socos que seguidamente lhe desfere um veterano. Este trote é considerado “primitivo” por muitos veteranos, já que se aproxima muito da simples agressão.

Além destes trotes, haveria muitos outros a serem citados. O repertório é potencialmente ilimitado: tudo depende da imaginação dos veteranos. Embora o trote seja oficialmente proibido no Colégio Naval, a opinião unânime dos entrevistados é a de que os oficiais tem conhecimento de que ele existe:

O trote era proibido no Colégio, mas os oficiais viam isso acontecer e compactuavam, deixavam nas mãos dos veteranos tudo isso.

[...] os oficiais estavam “cagando”, eles não estavam interessados em reprimir o trote.

Os oficiais “cagavam e andavam”, eles queriam mais é ver o pessoal tomando trote, eles achavam uma delícia. [Os oficiais] chamavam de “brincadeirinha” ver o calouro pagando uma suga [...] o oficial às vezes chegava e via o veterano enfiar uma maçã inteira na boca do calouro, passava rindo, achando engraçado.

Por esse motivo, a maioria dos calouros encara o trote como um fato normal na vida do Colégio, como algo que recebe o apoio tácito dos oficiais. Este é um dos motivos que justificam a obediência aos veteranos. Além disso, os calouros têm uma percepção clara de que estão iniciando uma trajetória que os levará, passado algum tempo, a uma posição estruturalmente inversa à que ocupam na hierarquia interna do corpo de alunos:

Eu encarava os trotes como normas, era o jeito que eu via. Os militares queriam você para seguir a rotina deles lá, começar a obedecer para saber mandar.

Você aceita ser inferior sem falar nada, porque você sabe que no ano-que-vem vai ser superior. Essa é a última vez que você vai ser um militar inferior.

Os calouros pensavam assim: “- Eles [os veteranos] levaram no primeiro ano. Então, tudo bem. Eu vou até levar, porque, quando eu for veterano, eu vou fuder.” Tinha calouro que já falava isso na hora de levar um trote, ele já pensava no que ele iria fazer quando fosse veterano.

[Os calouros] já sabiam que ia ser assim, que eles iam passar um ano levando trote, mas que depois eles iam passar o resto da vida dando trote.

É importante observar que o poder que um veterano tem de ordenar não encontra fundamento ou respaldo em alguma ordem formal ou regulamentar da instituição. Isso pertence a uma ordem informal, mantida pelos próprios alunos entre si. De toda forma, fica claro que a obediência do calouro a qualquer ordem recebida de um veterano deve ser incondicional. Como já foi dito, um calouro não deve “nem ponderar” uma ordem. Deste modo, fica bem claro: “até que ponto você obedece um superior. [...] Você obedece quase às cegas. [...] Mandou, tem que fazer [...] nem perguntar porque [...] não tem que achar que tá errado ou certo [...] Você tá ali pra obedecer.” Além de obedecer, o calouro deve controlar seus sentimentos diante de todas as provações. Chorar ou rir durante um trote é visto como sintoma de uma falta de vocação para a carreira militar: “Você tem que sofrer os trotes calado, [...] não pode chorar, não pode ser fraco. Isso é uma coisa que faz parte da vida do militar. O bom militar é aquele que sofreu os trotes e enfrentou de peito aberto, e pagou o que tinha de pagar, não reclamou, não foi denunciar quem deu os trotes aos oficiais.” Somente

portando-se desta forma é que o calouro terá, no futuro, autoridade para poder, por sua vez, dar trotes. Um informante conta que, quando foi veterano,

Tinha um cara [também veterano], que eu não deixava dar trote nenhum. [...] Eu não deixava, porque eu achava errado. O cara nunca pagou, nunca tomou suga com a turma. [Porque, quando foi calouro, um irmão veterano o protegia.] Então, chegou na época de veterano, as estrelas subiram à cabeça. Porque o pessoal que sofreu, tinha o direito, pela vida que a gente tinha no Colégio, de fazer isso.

A opinião dos informantes é a de que, através do sofrimento em comum, os calouros tornam-se unidos: “Existe um companheirismo que nasce nos primeiros momentos, quando você é calouro. Quando você está sofrendo, você aprende a valorizar o companheiro que está sofrendo com você. [...] E isso tudo eu acho que explica em muito como funciona o companheirismo durante o resto da vida de militar.”

Os trotes ocorrem durante todo o ano, embora geralmente diminuam à medida que ele se encaminha para o final. Durante todo o período, as posições ocupadas por calouros e veteranos continuam inalteradas: “a diversão do veterano era dar trote, e a do calouro tomar trote.” Pode ocorrer, no entanto, o caso de um grupo de calouros se recusar (“cagar”, na gíria escolar) a cumprir determinada ordem. Por exemplo, não comparecer a uma “suga” marcada com antecedência. Se isto ocorre, a turma de calouros corre o perigo de “amolecer”, na visão dos veteranos. Ameaçados em sua autoridade, eles sentem a necessidade de reverter a situação, de “dar uma dura”.

Os veteranos, então, pedem permissão aos oficiais, por intermédio dos oficiais-alunos, para ministrar ordem-unida aos calouros. Esta ordem-unida, na verdade, não é senão o mesmo regime de “abrolhos” que esteve em vigor durante o “período de adaptação”. É pelo fato de a aplicação do “abrolhos” implicar uma alteração significativa da rotina diária dos calouros que se torna necessário pedir permissão aos oficiais do Colégio. Embora estes autorizem uma ordem-unida, sabem perfeitamente o que de fato acontecerá, e –mais uma vez– fazem vista grossa: “Os veteranos entravam nas salas de aula, na hora em que estavam todos reunidos. Iam entrando nos alojamentos, iam entrando aqueles três ou quatro mais filhos-da-puta, pisando forte. Aí entravam, faziam todo mundo se levantar e comunicavam que estava decretado o regime de abrolhos.”

O “abrolhos” geralmente dura, nestes casos, dois dias. Durante este tempo, os calouros não podem sair de sala de aula nos intervalos; não podem

conversar; não podem andar, apenas correr. Os calouros, assim, voltam novamente a “estar na marca”, isto é, obedecer a todas as ordens recebidas com presteza e incondicionalidade. O “abrolhos” se torna, portanto, uma reação coletiva dos veteranos contra um afrouxamento de sua autoridade sobre os calouros, que se expressa através de alguma recusa (também coletiva) dos calouros a alguma ordem recebida. A um caso individual de recusa corresponderia um tratamento também individual (uma “suga”, por exemplo).

Todos os calouros recebem trotes. Alguns, entretanto, recebem mais que os outros: “Tinha calouro que, durante todo o período que eu passei lá [seis meses], tomou duas, três sugas. Eu tinha sugas diárias.” Estes calouros mais visados são conhecidos como “lanceiros” (aquele que “dá lances, destoa, aparece”). Todos os meus informantes, enquanto calouros, pertenceram a esse grupo; eles participavam freqüentemente da “suga dos dez mais”, dos dez mais “lanceiros”, que acontecia duas vezes por semana. Selecciono, a seguir, alguns trechos das entrevistas destes “lanceiros”:

Você não pode rir, não pode chorar. Então eu ria de tudo. [...] Eu chamava [um colega] pelo nome dele, no máximo pelo sobrenome, que é o nome-de-guerra que ele escolheu [e não pelo número].

Eu era muito [...] arrogante, em certas coisas. Era uma forma de me sentir vivo, de me sustentar lá dentro [...] Se eu não fizesse essas coisas eu tinha a impressão de que eu era um igual, mais um igual a todo mundo. Ou seja, que eu tava seguindo o mesmo caminho deles, e que eu era igual a todo mundo [...] Eu achava que tinha que me destacar em alguma coisa, eu não queria ser mais um na massa, como é o objetivo deles.

Ele [um outro “lanceiro”] destoava pelo fato de ser muito sincero. Eu o achava brincalhão. O mesmo relacionamento que ele tinha comigo, ele queria ter com um veterano.

[Era mais visado] quem sempre tinha aquela vidinha mais pro lado civil. Muito lance de não cortar o cabelo, de não se tocar muito com o sapato, com o cinto, sabe? De procurar fugir às regras pra fugir à rotina.

Sabe qual foi o conselho que ele [o veterano “comandante-aluno” do Colégio] me deu? Que eu entrasse dentro do armário! Por que se lá [no Colégio] você é calouro, você tem que ficar mais um no meio da massa, camuflado, moita, não pode dar muita bandeira. [...] Então ele falou pra mim: “- Você está se destacando muito, você aparece muito. Você devia fazer como eu fazia quando era calouro: eu me trancava dentro do armário, passava as tardes escondido dentro do armário”.

A análise completa da categoria “lanceiro” será feita na segunda parte. Por enquanto, é suficiente constatar que o “lanceiro” é aquele que menos se adapta à rotina e às regras, que procura de alguma forma sobressair no meio dos colegas. Neste sentido, o “lanceiro” é mais “civil” que “militar”. De fato, os “lanceiros” foram, pelo menos uma vez, acusados de serem “anti-militares”, “elementos

negativos”. A categoria oposta a “lanceiro” é “mocó”. Diversos “lanceiros” receberam o conselho de “se mocozaem” para não receber muitos trotes.

Os que ficavam mais na deles [dos veteranos], que eles chamam de mais “mocó”, tão lá escondidos, então eles [os veteranos] não pegam muito no pé, eles pegam mais no pé dos lanceiros.

E tinha gente que se recolhia... É ficar na sua, você não aparecer, não querer saber o que está acontecendo, se manter à parte.

Um quadro de oposições resume o que foi dito sobre estas duas categorias:

TIPOS DE CALOUROS	
“LANCEIRO”	“MOCÓ”
<ul style="list-style-type: none">• “dá lances”, destoa, aparece• desorganizado• foge à rotina• indisciplinado, rebelde• recebe muitos trotes• negativo• civil ou anti-militar	<ul style="list-style-type: none">• igual a todo mundo, se esconde• organizado• adaptado à rotina• disciplinado, obediente• recebe poucos trotes• positivo• militar

Com o passar do tempo, os veteranos vão concentrando os trotes sobre os “lanceiros”. São estes que recebem os trotes considerados mais pesados, como o “peitômetro”, a “lavagem cerebral” e as piores “sugas”. Ao calouro “mocó” restam apenas as “carteações” e alguns trotes considerados “leves”.

Por que os veteranos concentram os trotes sobre os “lanceiros”? A resposta de um “lanceiro”: “porque eles não querem dar um trote num babaca qualquer, querem se divertir bastante.” É interessante, no entanto, saber que a maior parte dos “lanceiros” dessa turma não seguiram a carreira militar: “Eu acho que, desses dez mais indisciplinados, somente, uns dois ou três se formaram na Escola Naval, e saíram tenentes [...] Uns sete eu acho que saíram fora do Colégio Naval.” Esta questão ficará mais clara na segunda parte do trabalho.

No ano em que os informantes desta pesquisa ingressaram no Colégio Naval, diversos veteranos foram expulsos, de uma única vez, por causa dos trotes. Este fato, que parece contradizer muito do que se disse sobre o alheamento dos oficiais em relação ao trote, precisa ser explicado.

No início do segundo semestre, um dos “lanceiros” decidiu sair do Colégio. Embora neste mesmo ano vários calouros já tivessem saído por causa dos trotes, este caso particular motivou diversas expulsões. Para descrever todo o processo, transcrevemos, a seguir, um longo trecho do depoimento deste “lanceiro” protagonista:

Eu saí no primeiro dia de aula depois das férias. [...] Quando você entra de férias, você retoma o contato com o mundo [...] Nisso eu já estava [...] praticamente certo de sair. [...] Retomar os contatos com o mundo influenciou. Eu pensava: “- Eu tô trancado num mundo à parte, eu tô vivendo num mundo à parte, diferente do mundo real. O mundo real é muito mais amplo, e muito maior, é outra coisa. Se eu continuar aqui dentro eu vou me perder, eu vou deixar de viver uma série de coisas”.

[...] Aí eu falei com meu pai, [...] contei os trotes todos que os oficiais viam e não faziam nada. Aí meu pai [que era oficial do Exército] foi no Diretor de Ensino da Marinha, que era um almirante que estava recém-assumindo a Diretoria de Ensino havia dois dias. Se ele estivesse há mais tempo, provavelmente não teria feito nada, ou pelo menos não teria sido tão enérgico. Aí o cara se comunicou com o Colégio Naval e mandou que se tomassem providências imediatamente. [...] Aí os oficiais começaram a me pressionar para eu dar o nome dos veteranos que davam mais trotes para que eles pudessem tomar alguma atitude. Eu a princípio não queria dar, porque eu sabia que eles seriam expulsos. Isso seria “espaíar”, que dentro do código de honra do Colégio seria uma coisa muito ruim, e eu ainda estava muito envolvido com aquilo. [...] Nisso, o oficial tentou induzir alguns nomes. Os principais nomes que eles tentaram induzir eram pessoas que já teriam que sair do Colégio [...] no fim do ano porque tinham tido problemas de vista durante o período em que estiveram no Colégio Naval, então não poderiam mesmo ingressar na Escola Naval. Isso era uma forma de mostrar trabalho pro Diretor de Ensino, mas que na prática eram pessoas que já iam embora mesmo. Ele tentou induzir essas pessoas e mais as pessoas que ele tinha um conceito baixo. Ele dirigiu um pouco a lista. E eu, numa certa ingenuidade, me deixei levar de certa forma por isso. [...] No final saíram onze. [...] Mas, sem dúvida, todos os onze mereciam ter saído.

Howard Becker chama a atenção para o fato de que a existência de uma regra “não garante automaticamente que ela será imposta. Há muitas variações na imposição de regras. [...] É mais típico que as regras só sejam impostas quando algo provoque a imposição. [...] uma infração não pode ser ignorada, uma vez tornada pública”. (1977: 86-87). O trote era oficialmente proibido no Colégio Naval, e entre as penalidades previstas incluía-se a expulsão. Entretanto, o trote acontecia e seus autores não eram punidos. Não fosse a intervenção de uma pessoa bem situada na hierarquia militar –o Diretor de Ensino Naval, neste caso o “empresário” da imposição da regra– provavelmente ninguém teria sido expulso.

Como reação a este fato, que significava um perigo para a autoridade de

que dispunham sobre os calouros, os veteranos agiram de forma coerente, usando o recurso de que dispunham para esse tipo de situação: decretaram o regime de “abrolhos”. No “código de honra” informal do Colégio Naval, denunciar os trotes (“espaçar”, na gíria) era considerado uma falta grave: “Então muitos calouros eram até contra, achavam que ele não devia ter dedurado, mas também em função do fato de que eles não passaram por quase nada.”

Se “não passaram por quase nada” é porque, seguramente, não eram “lanceiros”.

II

Minha hipótese inicial é a de que a trajetória percorrida pelo aluno no Colégio Naval pode ser tratada como um ritual de passagem. Conforme o estudo clássico de Arnold Van Gennep (1978), os ritos de passagem se decompõem, quando submetidos à análise, em ritos preliminares (ou de separação), ritos liminares (ou de margem) e ritos pós-liminares (ou de agregação).

Os ritos preliminares são aqueles de separação do mundo anterior. Esta fase abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do aluno de sua anterior situação civil. Ele passa por uma série de acontecimentos que dramatizam sua entrada na instituição: o concurso de admissão; a viagem coletiva para Angra dos Reis, um local afastado de sua cidade de origem; a troca de seu nome usual por um “nome-de-guerra” e um número de identificação; o corte de cabelo e as cerimônias do primeiro dia no Colégio: recepção, palestra geral, formatura.

Após a chegada no Colégio, o novato passa para a fase liminar (ou de margem), na qual permanecerá durante todo o primeiro ano. Começa então o processo que Erving Goffman chamou de “mortificação do eu”: “uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanação do eu.” (1974: 24) Faz-se uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriormente desempenhados pelo indivíduo. Isto é conseguido através de:

1. A colocação de barreiras entre o novato e o mundo externo: ele não pode sair quando deseja, nem ler jornais ou assistir televisão.

2. A perda de diversas propriedades anteriores: nome usual, roupas civis, um ritmo diário pessoal. Estes bens são substituídos por outros sob forma padronizada. Os bens substituídos são claramente marcados como *relativos* à

instituição: uniforme, identificação, horários, etc.

3. A imposição de um padrão de deferência obrigatório. Os calouros são muitas vezes obrigados a dar respostas humilhantes (vide a “definição de calouro”), devem sempre tratar os alunos de séries mais adiantadas por “senhor” e precisam humildemente pedir coisas pequenas (permissão para entrar na cantina, por exemplo). O principal é a obediência total a quaisquer ordens recebidas dos veteranos. O resultado de todos esses ataques ao eu do calouro é um forte abalo em sua concepção anterior do eu. O papel de aluno (e aluno inferior) sobrepõe-se a outros papéis que ele estava habituado a desempenhar.

Durante a fase de liminaridade, os calouros ficam como que simbolicamente reduzidos a um “nada”, a uma matéria-prima, um estado pré-social. Isto é necessário para que eles sejam novamente “modelados” de acordo com as exigências da nova situação de vida. Neste sentido, o desenvolvimento do companheirismo atua como uma importante influência reorganizadora do eu. Forma-se um grupo unificado (embora não homogêneo) de calouros, e não uma coleção de pessoas. Em todas as situações, o calouro deve apresentar uma renúncia à sua vontade individual: deve agir conforme seus colegas, “ser mais um na massa”, não deve “dar lances”. Dessa forma, os calouros estão sujeitos a dois modelos de interação humana: o de *obediência* em um sistema hierarquicamente estruturado e o de *comunhão* em um grupo relativamente indiferenciado de indivíduos que se submetem em conjunto à autoridade dos superiores (TURNER, 1974).

O período pós liminar (ou de adaptação) compreende duas etapas. Na primeira, ao passar para o segundo ano, o indivíduo encontra-se no meio da trajetória percorrida por todo aluno do Colégio Naval: já não é apenas uma matéria amorfa a ser moldada, mas ainda não completou o processo ritual. Falta-lhe o atributo de ordenar, que consegue ao passar para o terceiro ano e ingressar na segunda etapa da fase pós-liminar. É a obrigatoriedade de ser obedecido pelos calouros, enquanto veterano, que marca o encerramento do processo ritual. É apenas ao atingir este estágio que a trajetória do aluno no Colégio Naval se completa. Somente quando o veterano exerce sua autoridade sobre o calouro, no ato concreto de dar uma ordem, é que ele se auto-reproduz enquanto sujeito e se reconhece como tal. Em outras palavras, é o ato de ordenar que funda a realidade e dá a plenitude de sua condição. Ser veterano é

ter o atributo de ordenar, e é isto que determina o papel e ao mesmo tempo estabelece a posição do veterano e do calouro no processo ritual. Não existe veterano sem calouro, e vice-versa. Falando metaforicamente, calouro e veterano são os dois lados de uma mesma moeda.

Pelo que já foi dito, fica claro que o trote ocupa um lugar privilegiado na compreensão de todo o processo. Como vimos anteriormente, é ele que define e hierarquiza calouros, segundanistas e veteranos. Logo, impõe-se a questão: o que significa o trote? Para tentar responder a esta questão, creio ser eficaz utilizar a perspectiva defendida por Roberto Da Matta em relação ao estudo dos rituais. Para ele, os rituais “não devem ser tomados como momentos essencialmente diferentes [em forma, qualidade e matéria prima] daqueles que formam e informam a chamada rotina da vida diária.” (1978: 60) No caso presente, esta rotina da vida diária significa a rotina da vida militar, e a profissão militar (para a qual o Colégio Naval é uma preparação, um ensaio) é, como salienta Morris Janowitz (1971), mais que uma ocupação: ela é um completo *estilo de vida*. O militar ingressa numa carreira na qual uma só autoridade regula todas as suas oportunidades de vida. O ciclo completo de sua rotina de vida diária ocorre sob o controle desta única autoridade.

Se, como defende Da Matta, não há mudanças de qualidade entre as categorias e relações do “mundo cotidiano” e aquelas utilizadas nos rituais, estes são um modo de salientar e tornar manifesto, por meio de um discurso específico, os aspectos da realidade a que se refere considerados fundamentais. O que distingue o ritual é que ele dramatiza, *focaliza* (isto é, ressalta, aumenta, destaca) alguma relação da vida cotidiana, neste caso a vida militar. O ponto focal de todo o processo ritual pelo qual o indivíduo passa no Colégio, de calouro a veterano, é a identidade militar: o aluno aprende o que significa ser um militar. Trata-se, portanto, de um processo eminentemente pedagógico, e a minha tese principal é a de que o trote, como um elemento específico do ritual, é fundamental no aprendizado e construção desta identidade. O trote é a dramatização daquilo que estrutura e dá o estilo da vida militar: a hierarquia.

Através da relação que se estabelece no trote, tanto o veterano (que ordena) quanto o calouro (que obedece) aprendem o que significa e qual a diferença entre ser hierarquicamente superior ou inferior. Todavia, não se deve esquecer que estamos diante daquilo que Turner (1974: 202) chama de rito de

elevação de status: o calouro será um dia veterano. Isto sempre está claro para o calouro: se hoje ele leva trote, é para amanhã poder dar; mas, antes de subir, é preciso descer à posição mais baixa. O trote, portanto, humilha aquele que aspira a uma posição hierarquicamente superior.

A Marinha (assim como o restante das Forças Armadas) é uma corporação ordenada segundo um eixo hierárquico, e seus integrantes estão dispostos numa rigorosa ordem interna. Para cada posição ocupada por um indivíduo haverá sempre um superior (que manda) e um inferior (que obedece), e a ordem recebida de um superior, assim como a ordem que se dá a um inferior, não admite recusa ou contestação. Isto é uma pré-condição para a existência e funcionamento das corporações militares, e precisa ser muito bem aprendido por aqueles que querem tornar-se militares. A lição principal é a de que “ordem é ordem”, um dito característico desse contexto.

O trote é uma dramatização (sempre, e necessariamente) entre um calouro e um veterano sobre eles (ou melhor, sobre aquilo que pretendem vir-a-ser) e para eles mesmos: ambos são aprendizes, cada qual de um pólo do mesmo eixo. Na situação de trote, o calouro sente o que implica sua condição de inferioridade hierárquica –aprende a obedecer e o veterano testa até onde vai sua superioridade hierárquica– aprende a mandar.

O processo ritual vivido pelo aluno do Colégio Naval (pelo aspirante a militar) focaliza e o trote dramatiza este aspecto fundamental da vida militar: o poder hierárquico, a faculdade reconhecida ao superior, mesmo na ausência de toda disposição legal ou regulamentar, de dar ordens a um subordinado e de modificar suas decisões. No caso presente, aqueles calouros que aprenderam a dureza destes ensinamentos foram aqueles que se “mocoaram”, isto é, aceitaram integralmente o novo estilo de vida que lhes era oferecido, mesmo que à custa de perder o eu civil anterior.

Para compreender melhor a aceitação voluntária, por parte dos calouros “mocós” dos trotes, embora estes geralmente assumam a forma de castigos e flagelações corporais, acho interessante seguir uma sugestão retirada de um texto de Pierre Clastres (1978). O objetivo do processo ritual, em seu momento de trote, é imprimir a marca da identidade militar nos iniciados. Pedagogia da afirmação, e não do diálogo: é por isso que os calouros devem obedecer sem contestar, devem silenciar. Quem cala consente. E em que consentem os

calouros que se “mocoaram”? Em aceitar-se no papel que almejam: o de militar. Esta lei é dura e por isso é escrita no corpo para conservar sempre fresca a recordação dessa dureza. Quem conhece a escrita não pode desconhecer a lei. O corpo aparece, no momento do trote, como a superfície desta escrita, como o espaço onde se inscreve a lei. Supõe-se que ninguém se esqueça da lei que serve de fundamento à vida militar. A lei escrita sobre o corpo é uma lembrança inesquecível: o corpo é uma biografia e uma memória.

Por outro lado, “lanceiros” foram os calouros que, de alguma forma, procuraram preservar sua identidade civil anterior. Foi sobre eles que se concentrou o trote dos veteranos. Dessa maneira, além de delimitar e estigmatizar os desviantes, os veteranos tinham uma boa oportunidade para testar e experimentar seu mais importante atributo, aprendizes ainda que eram da arte de ordenar. A correlação de forças, neste caso, é francamente desfavorável para o “lanceiro”. Restam-lhe atos de revolta como os que este trecho da entrevista de um deles revela:

O que a gente podia fazer? Não podia se rebelar, porque os oficiais estavam ali apoiando o regime. Aí a gente fazia pequenas coisas, [...] de raiva, assim. Quando a gente pegava muito sapato [de veteranos, para engraxar], a gente pegava uma agulhinha e ia tirando dois pontinhos do sapato, pro sapato rasgar. Tinha gente que, de ódio, mijava dentro do sapato. Ou então, quando o veterano mandava comprar [...], por exemplo, um sanduíche, nego passava o sanduíche no chão. Mas era ódio assim violento. Se descobrissem, o cara tava lascado até o final, não tinha jeito, ia padecer pra caramba. Provavelmente a pressão ia ser tão grande que o cara [...] até ia ter que sair.

O “lanceiro” procura, assim, manter-se enquanto pessoa autônoma. Comportamentos do tipo acima descrito dão a ele uma prova evidente de que ainda possui um certo controle de seu ambiente: são formas de “abrigo para o eu”:

Sem algo a que pertençamos, não temos um eu estável; apesar disso, o compromisso e a ligação totais com qualquer unidade social supõem uma espécie de ausência do eu. Nosso sentimento de ser uma pessoa pode decorrer do fato de estarmos colocados numa unidade social maior; nosso sentimento de ter um eu pode surgir através das pequenas formas de resistência a essa atração. Nosso status se apóia nas construções sólidas do mundo, enquanto nosso sentimento de identidade pessoal reside, freqüentemente, em suas fendas. (Goffmann, 1974: 259).

Espero ter contribuído, mesmo que provisoriamente, para a compreensão do fenômeno do trote num estabelecimento militar. Uma continuação desta pesquisa levaria a investigações em duas direções: um aprofundamento,

entrevistando os “vitoriosos” da mesma turma, aquelas pessoas que seguiram a carreira militar e hoje são oficiais; e uma extensão, investigando o mesmo tema em outros estabelecimentos de ensino militar. Além disso, o trote é apenas um dos elementos da formação do militar, embora dramatize um aspecto básico da identidade e do estilo de vida militares: a hierarquia. Uma investigação maior levaria, contudo, a outros aspectos igualmente fundamentais, como a disciplina e a noção de “missão”.

A dificuldade principal neste tipo de pesquisa é a resistência que muitos militares apresentam em dar um depoimento formal sobre este tema, especialmente a um pesquisador civil. Talvez esta dificuldade explique, em parte, a deficiência de trabalhos antropológicos sobre o assunto.

Posfácio

Em 2008, ano em que se comemorou o 30^o aniversário de ingresso na Marinha da turma que viveu esses episódios, muitos ex-alunos, quer tivessem ou não seguido carreira, reuniram-se em Angra dos Reis. A mobilização se fez pela internet, onde a turma mantém uma página. Antes do encontro, Arnaldo Adnet, personagem central do drama, enviou o texto sobre o trote para os colegas, disponibilizando o seu e-mail ou o meu para quem quisesse escrever fazendo algum comentário. Arnaldo, quando escreveu para os colegas, reconheceu que havia sido parcialmente manipulado pelos oficiais que conduziram a investigação sobre os trotes, após a denúncia:

Vocês melhor do que ninguém podem imaginar o quanto me custou chegar até a decisão de ceder à pressão dos oficiais que ansiavam por nomes para atender às exigências superiores e corrigir o desvio que nossos colegas veteranos haviam passado a trilhar naquele 1978. A pergunta do Comandante [da Escola]: “Você acha que esses elementos teriam condições de sair oficiais da Marinha?” fez toda a diferença. Procurei os colegas que a meu lado haviam experimentado os maiores excessos e fui incentivado a falar. No código interno ao qual eu ainda estava ligado tratava-se de “espaçar”. Uma vergonha grande. Por outro lado, eu sabia que saindo do Colégio não teria nada a perder, falasse ou não. Não se tratava de uma decisão de interesse pessoal meu. Precisava pesar as consequências sobre os colegas que seguiriam a carreira militar, ou ao menos permaneceriam no Colégio mais tempo. [...] Durante todos esses anos, pouco falei a respeito do assunto, temendo ser mal compreendido. Daí a importância de ter falado a um antropólogo que olhava a situação com interesse científico. Temi também voltar à convivência de vocês, sem saber se a quebra do código de comportamento que prevalecia entre nós poderia colocarme à margem.

Alguns elogiaram emocionadamente a postura de Arnaldo, dizendo, por exemplo, que ele havia “sacrificado a própria carreira para a nossa salvação” – um exemplo supremo de companheirismo. Os veteranos que foram expulsos, escreveu a Arnaldo um ex-colega,

[...] deveriam estar entre os muros de uma instituição penal, não uma instituição militar. Eram todos, ou quase todos, bandidos. Fico pensando que assim como muitos deles foram responsáveis por várias carreiras abreviadas (inclusive a sua), você pode se considerar responsável por vários daqueles capitães de mar-e-guerra que encontramos lá terem chegado onde chegaram. Vai saber quantos outros não teriam desistido, se aqueles delinquentes seguissem até o final do ano[...]

Outro escreveu que “sua atitude representou nada menos do que o pensamento de 180 alunos, que naquele momento estavam completamente enfraquecidos e acovardados por pessoas que considero inescrupulosas”, e que Arnaldo fez a denúncia motivado apenas por fazer o que julgava correto fazer. Contudo, o ato de ter denunciado não parece ter sido ponto pacífico – outros colegas usaram, ao invés de “denunciado” as palavras “dedurado” ou “entregue”. Um ex-aluno, que afirma ter recebido muitos trotes violentos, se orgulha de que,

[...] mesmo após muita insistência do capitão, *não* entreguei ninguém!!!! Não vou criticar a atitude do Adnet, pois o mesmo agiu de acordo com sua cabeça! Eu particularmente, achava que os oficiais é quem deveriam descobrir por conta própria. [...] Não precisaria de chamar ninguém para entregar!

Dentre os que se manifestaram por ocasião da comemoração dos 30 anos, a respeito do texto que escrevi, a visão geral era de que a descrição feita havia sido bem fiel à época e aos eventos. Alguns destacaram, no entanto, que após a expulsão dos onze veteranos, o clima havia se modificado no Colégio, com uma sensível diminuição dos trotes e o desaparecimento das modalidades mais violentas. Um dos alunos que entrevistei, no entanto, que havia sido, em suas próprias palavras, “um dos dez calouros mais perseguidos”, conta que, quando se tornou veterano, havia sido “talvez um dos mais trotistas”. A dinâmica do trote, portanto, parece ter mantido seu sentido estrutural, mesmo que atenuada pelas circunstâncias.

Bibliografia

BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio: Zahar, 1977.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na*

Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. (2^a. ed rev. e atualizada, 2004, como *O espírito militar. Um antropólogo na caserna*).

CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero (orgs.). *Antropologia dos militares*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

CLASTRES, Pierre. Da tortura nas sociedades primitivas. IN: *A sociedade contra o Estado*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978, cap. X, pp. 123-131.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio, Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. As características das instituições totais. IN: *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974, cap. 1.

JANOWITZ, Morris. *The Professional Soldier*. Nova York, Free Press; Londres: Coolier-Machilan, 1971.

TURNER, Victor. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. IN: *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp. 36-46.

Colaboração recebida em 29/10/2009.

Em tempo (adicionado em 30/1/2010)**

No dia 28/1/2010, o *Jornal Hoje*, da TV Globo, noticiou que um calouro do Colégio Naval, de 15 anos, havia sido internado no hospital de saúde mental da Marinha, e que sua mãe afirmava ter sido o filho vítima de *bullying* durante sua primeira semana no Colégio – a “semana de adaptação”. Segundo o relato da mãe, ele sofria perseguição de outros alunos e até de oficiais, sendo chamado publicamente de “filhinho da mamãe”, “mariquinha” e recebendo outras agressões e humilhações verbais. Passados alguns dias, ela recebeu uma ligação do colégio informando que o filho estava descontrolado e que seria sedado. A mãe procurou então a defensoria pública, que pediu esclarecimentos sobre o

** [NdE] A pouco tempo deste artigo ser postado, um episódio envolvendo um aluno vítima de trote comoveu o Colégio Naval, motivando a sua consulta de inúmeros internautas durante o mês de janeiro de 2010. Dada a importância, e demonstrando como o processo de conhecimento é algo vivo e vinculado com o seu entorno, decidimos incorporar este *em tempo*, com a ressalva de que foi mantida a paginação original.

estado de saúde do adolescente. Em nota oficial, a Marinha afirmou que o jovem desistiu do Colégio Naval por vontade própria, que ele estava internado a pedido da mãe e que seu estado de saúde evoluía satisfatoriamente.

Arnaldo Adnet, após ouvir a notícia, decidiu escrever algo a respeito e fez uma pesquisa na internet que o levou a uma comunidade sobre o Colégio Naval no site de relacionamentos Orkut, na qual constava o tópico “Tortura no Colégio Naval”, que contava com cerca de 300 comentários. O tópico fora aberto em 2005 com um comentário a propósito de um texto sobre tortura nas Forças Armadas de Cecília Coimbra, pesquisadora e ativista do grupo *Tortura Nunca Mais*¹. Dentre vários casos relatados, havia o de um ex-aluno, que saíra do Colégio Naval em janeiro de 1996, segundo a autora, “após ser submetido a inúmeras torturas”:

“Vítima de maus tratos, ficou internado no Hospital da Marinha. Foi torturado por alunos mais velhos, o que dizem ser praxe no Colégio Naval. Sofreu espancamentos, torturas psicológicas e vários tipos de violência durante dois anos. Fazia testes físicos brutais, como passar o dia inteiro correndo. A comida, muitas vezes, era estragada, mas os alunos eram obrigados a comer. Ficou hipertenso e com alterações no comportamento, não sendo mais capaz de fazer exercícios físicos.”

O recente episódio mencionado na reportagem da TV Globo gerou a postagem de dezenas de novos comentários na comunidade do Orkut assim como inúmeros acessos a este artigo, o que me motivou a incorporar este *em tempo*. Várias observações poderiam ser feitas a respeito do rico material que o conjunto de postagens nessa comunidade representa. A própria categoria mencionada na reportagem – *bullying* – pode ser comparada e contrastada com outras como “brincadeira”, “trote” ou “tortura”, que aparecem nos comentários. Em sua maioria, os que escreveram no Orkut recusavam veementemente a acusação de tortura, denunciando a parcialidade ou mesmo o caráter “revanchista” dos meios de comunicação em relação aos militares e insistindo que o Colégio Naval “não é colônia de férias” e que quem lá estuda o faz voluntariamente e com o objetivo de se tornar um militar.

Obviamente, a questão é mais complexa, especialmente quando se observa

¹ Disponível em < <http://www.social.org.br/relatorio2001.htm> >.

a menoridade dos alunos e o fato de que, portanto, o Colégio está sujeito ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, que dispõe, em seu artigo 18: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.” O que me interessa destacar, no entanto, e que tem ligação direta com o texto sobre o trote, é que há, em meio às postagens referentes ao episódio que protagonizou em 1978, algumas referências ao episódio que Arnaldo Adnet protagonizou. A primeira era um comentário provocativo de um dos seus colegas calouros que, segundo Arnaldo, estavam na lista dos “10 mais lanceiros”. Ele dizia que quinze veteranos saíram² porque “não agüentaram”. Um veterano da época respondeu com veemência:

Já li suas ironias por aqui, em outro tópico chamando esses 15 que saíram em 78, da minha turma 76, de marginais. Vc que deve ter sido um santo na MB [Marinha do Brasil], poderia me responder algumas perguntas, do alto de sua santidade naval? 1) E aqueles que nunca deram trote e foram incluídos injustamente por seu pupilo Adnet -spy, somente pelo fato do mimadinho não ir com a cara? Exemplos, [...]. Algum destes sem sequer desferir um trote tiveram afetados por este fato uma vida inteira de frustração, depressão, impotência diante de tal fato sendo o destino de uma carreira militar cortado pelo bel prazer de seu amigo, que naquele momento se achou um Deus, para julgar fora quem ele bem quis! isto sim é o pior trote que já vi! 2) E os trotes recebidos lá em 76? muito piores por sinal que o mariquinha do Adnet recebeu? quem pagou? Na boa, vá se fuder, quem vc pensa que é pra chamar algum integrante da minha turma (inclusive eu) de marginal, seu merda! [...] Adnet (CN 78), o maior spy safado da historia do CN, ao justificar sua falta de vocação ao titio alte. de esquadra, deu a desculpa de trote p/pedir baixa, dando um lista com 15 nomes dos maiores trotistas da época (turma 76).O problema foi o safado incluir na rela, nomes de alunos do 3º ano QUE JAMAIS DERAM UM TROTE SEQUER!, ou seja, pelo simples fato dele não ir com a cara! Um desses injustiçados pelo spy, reencontrei a [sic] uns 2 anos atrás, totalmente desnordeado, com a vida visivelmente desorientada, profissionalmente e familiar, pela injustiça ocorrida na época.Esse ex-aluno [...]vibrava com o CN, ao contrario do covarde e spy Adnet.Não vou admitir que estes injustiçados em 78, sejam chamados agora de marginais, por qualquer idiota que não sabe dos fatos por completo.

Temos, assim, outra versão a respeito dos episódios, centrada na idéia de que ocorreu uma *traição* (o estigma de “espião” é claro a respeito) da parte de alguém que não tinha vocação ou que era “covarde”, “mimadinho” ou “mariquinha” –acusações que ressurgem no caso citado pela reportagem da TV– e que, por si só, demonstram a atualidade das questões tratadas neste artigo, 25 anos depois.

² Não consegui confirmar o número exato de alunos desligados. Arnaldo me disse que depois ouviu falar em até 16. De qualquer forma, tratou-se de um evento dramático.